



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º /2020

Dispõe sobre a comunicação obrigatória do diagnóstico de cardiopatia congênita às instituições relacionadas à doença, conforme especifica.

**Art. 1º** Ficam obrigados os hospitais públicos e privados que realizam o procedimento nº 02.11.02.007-9 da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS - Oximetria de Pulso - Teste do Coraçãozinho - a registrar os recém-nascidos diagnosticados com cardiopatia congênita e informar às entidades e associações especializadas que desenvolvam atividades relacionadas a esta doença.

**Art. 2º** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de sua publicação, para garantir seu fiel cumprimento.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de julho de 2020.

**NEY LEPREVOST**  
Deputado Federal/PSD

**CÂMARA DOS DEPUTADOS - PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Praça dos Três Poderes Brasília/DF - CEP 70160-90 - Gabinete nº 221

(61) 3215-5221 – dep.neyleprevost@camara.leg.br

Apresentação: 19/08/2020 17:39 - Mesa

PL n.4281/2020

Documento eletrônico assinado por Ney Leprevost (PSD/PR) através do ponto SDR\_56456, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato

LexEdit  
\* c b 2 0 3 6 9 0 4 4 0 2 0 0 \*



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## JUSTIFICATIVA

A descoberta precoce de problemas cardíacos congênitos é muito importante para a realização de cirurgias rápidas e precisas. O teste do coraçãozinho é uma excelente triagem neonatal para rastrear cardiopatias congênitas críticas, que consiste na medição da saturação (níveis de oxigênio no sangue), através da utilização de um aparelho chamado “oxímetro”.

Com a realização do teste, há pouca probabilidade de que os recém nascidos deixem o a maternidade com problemas cardíacos não identificados, sendo que alguns desses problemas podem causar grave comprometimento da à saúde e vida da criança.

Considerando que as instituições, entidades e associações mencionadas nesta lei prestam um relevante serviço na vida das crianças acometidas por esta doença, é de fundamental importância que logo após o diagnóstico elas sejam comunicadas, assim, as famílias podem buscar o tratamento adequado à doença.

Sendo assim, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

